

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE ABRIL DE 1996

Quero agradecer a oportunidade de saudá-los no Dia do Prefeito. Confesso que fui surpreendido agradavelmente ao saber isso agora. É oportunidade que não quero perder. Também muitos aqui me conhecem há muito tempo e sabem que não sou pessoa nem de formalismos, nem de esconder as coisas. Vou tentar responder, portanto, com toda a franqueza, aos pontos que aqui foram levantados, todos muito pertinentes.

Em primeiro lugar, a questão da reeleição. Creio que o Jornal do Brasil reproduz hoje – não vi ainda, mas me disseram – o que eu disse na Argentina. E é bom que reproduzam, porque estou cansado de ver interpretações para cá, para lá. Minha posição é exatamente esta: não tenho nada a ver com negócio de reeleição para mim, não. Acho que não é meu problema, não. Não é mesmo meu problema. Eu estou começando a governar. Agora, acho que o Congresso tem que decidir e acho que deveria decidir a tempo de dizer aos prefeitos se é “sim” ou “não”. Foi o que eu disse lá. A única coisa que falei de reeleição foi dizer: “Olha, eu não quero um casuísmo contra os prefeitos.” Foi a única vez que falei, não é isso? Porque senão dá a impressão de que o

Planalto quer. Não, o Planalto não quer nada. O Planalto quer que o Congresso, na sua independência, soberania e capacidade de traduzir o sentimento do País, decida as questões institucionais. Essa é uma delas. Então, tem que decidir: decide “sim”, decide “não”.

Não vou usar nenhum instrumento de pressão sobre o Congresso nessa matéria. Não vou mesmo, senão todo mundo vai dizer: “Ah, o Presidente quer.” O Presidente não quer nada. Quer que o Congresso pense o que é melhor para o Brasil e que vá adiante nesse pensamento, tome suas posições. Também não me peçam que influencie o deputado tal ou qual, porque nesta matéria não vou influenciar ninguém, vou só dizer isto que estou dizendo: que é preciso não agir casuisticamente. O casuísmo não é nosso, não. O casuísmo é de quem quer, por razões x ou y , evitar que haja uma decisão ou quer que essa decisão seja acompanhada de um processo longo, para negociar com o Presidente. Não vão negociar com o Presidente nada, absolutamente nada; nessa matéria, não há negociação: é matéria do País, institucional e tem que ser posta com clareza; portanto, é impessoal – tem que ser impessoal.

Decidam o que for melhor para o Brasil. Não se pode pensar em pessoas, até porque sabe-se lá se as pessoas vão querer aceitar concorrer? E quem pode garantir que hoje alguém que é prefeito vá concorrer? Pode não concorrer por n razões, não é isso? Não é uma questão pessoal. Muito mais ainda o Presidente da República, que está começando a governar. Sei lá o que vai acontecer daqui a dois anos, três anos.

Eu seria irresponsável se começasse a levantar a hipótese de que vou ser candidato. Não sou candidato a nada, não. Sou candidato a cumprir o meu mandato. Agora, acho que o Congresso precisa colocar essa questão à luz pública e ouvir a sociedade, como sempre o Congresso faz. Ouvir a sociedade. Então, estamos aí, e acho que, nesse ponto, não há nada.

Ponto dois. A questão relativa aos recursos. Sei do esforço, do sacrifício, das dificuldades, porque estamos todos no mesmo barco. Não é que fomos pegos de surpresa: nós criamos a surpresa. Eu era

Ministro da Fazenda quando começamos o processo de estabilização da economia. E sabemos o que custa um processo de estabilização. Ele tem conseqüências.

Agora, todo mundo diz lá: “O déficit do setor público, e tal.” Bom, tudo bem, o que é que nós íamos fazer no ano passado? O déficit foi porque era impossível segurar os aumentos que já estavam assegurados por lei e há um crescimento vegetativo da conta de pessoal de 1%, 2% até 3% ao mês, depende do mês. É só ver. Isso não vai funcionar. Quer dizer, não precisa ser nenhum mágico nem entender muito de administração pública para perceber que essa progressão quebra o País. “Com a inflação, não acontecia nada.” Acontecia, sim: o povo pagava. Fingia-se que se dava o aumento; o funcionário, o líder sindical faz a manifestação, o Governo dá o aumento e, em dois meses, a inflação comeu o aumento, e o salário real diminuiu sempre. Agora, pela primeira vez, o salário não diminuiu. Mas, se o salário não diminuiu, então também não se justifica ficar pedindo aumento toda hora, não, porque não se tem como dar.

Então, temos essa dificuldade, que é grande. Não é só salário, é juro também. Com os juros, o que foi possível fazer já foi feito. Os juros caíram pela metade; já caiu pela metade a taxa de juros e vai continuar caindo até o fim do ano.

Bem, isso não vai nos livrar muito, não. Por quê? Porque os juros que o Governo está pagando agora são de dívida contratada antes – portanto, juro alto –, mas vai se dar um horizonte de melhor possibilidade de manejar a finança pública. E está caindo a taxa de juros.

Bom, então, os prefeitos estão nessa também, na mesma que eu estou. Estão num momento de dificuldade. Acho que o Governo deve olhar o que pode fazer para ajudar os prefeitos. Vou voltar a falar com os Ministros para examinar, ver o que é que pode, o que é que não pode. Fiquei muito contente com a arrecadação, que subiu bastante, praticamente dobrou. É uma quota adicional o que aconteceu, mas foi episódico. Foi no mês de abril. Foi episódico.

Acredito que possa haver uma melhoria, também, porque a lei melhorou. E devemos ao Congresso ter aprovado uma lei boa do

imposto de renda. Isso é conseqüência de uma medida que tomamos lá atrás – não é isso? –, no ano passado, que permitiu houvesse agora essa melhoria na arrecadação. Só não podemos ter ilusão, porque sobe esse mês, mas depois não vai se manter nesse patamar, porque o imposto de renda é uma vez só, não é isso? Talvez até o mês que vem ainda tenha um certo efeito positivo. Tudo isso dá um horizonte um pouco melhor, mas é claro que os prefeitos tem que ter sua programação. Vou ver como é que está essa situação, vou voltar a falar com os Ministros para ver o que dá para fazer, o que não dá para fazer, porque entendo que estamos todos fazendo um grande esforço de readequação da administração pública às condições de estabilização da economia.

Não posso prometer que é isso ou aquilo, porque tenho que ver a situação, e vocês estão vendo também que a situação do Governo Federal é ruim.

[Segue-se diálogo entre o Presidente e os Prefeitos]

Acredito que o que vocês estão pedindo com relação à participação no processo de descentralização é correto também. Sempre fui muito favorável à descentralização, à municipalização, e continuo sendo. Alguns aqui sabem que nós estamos com o Comunidade Solidária: custaram a entender do que se tratava, pessoas pensavam que era um dinheiro adicional. Não é, não: são os programas de governo com mais eficiência para as áreas que mais precisam.

E nós vamos mesmo aumentar agora o número de municípios alcançados pelo Programa Comunidade Solidária. Haverá mais recursos em termos de serviços que vão ser oferecidos para aquelas áreas que são as mais carentes. Vão passar a ser cerca de mil e duzentos, o que já dá um certo alívio, pelo menos para a população nessas cidades mais carentes. Estou convocando ainda hoje uma reunião numa das áreas econômicas. Não adianta eu dizer que vou fazer e depois começa a dificuldade, porque não tem, porque o município está inadimplente, porque não sei o quê.

Temos que examinar uma fórmula de tornar mais ligeiro esse mecanismo, que é desesperador. Você tem o recurso e não pode dar porque o município está inadimplente. Olha, o mais pobre é o que mais precisa e é o que mais deve. Então, temos que sair dessa quadratura do círculo para poder enfrentar o problema.

Eu queria chamar a atenção de vocês para um projeto que reputo da maior importância e está no Congresso, também. É uma emenda constitucional que trata da questão da educação. Precisamos aprovar esse projeto – está avançando –; precisamos aprovar essa emenda, porque é uma maneira de dar recursos aos municípios mais pobres.

Quer dizer, no momento em que a gente der, como o projeto permite, uma complementação de recursos aos municípios mais carentes, para a questão da educação, você eleva o salário médio do professor, você eleva tudo no município: você melhora o nível da educação, mas também melhora o nível de renda. É uma transferência de renda que acho fundamental fazer. Isso tem um impacto grande sobre as áreas mais carentes, sobretudo no Nordeste e no Norte, que é onde tem mais esse problema de dificuldade de recurso para pagar os professores. Mas acho a reivindicação de vocês – participar nesse redesenho – correta e, de minha parte, sempre tenho alertado os ministros para que ouçam e falem com os prefeitos.

Quanto às reformas, o apoio é mais que bem-vindo e sei que ele é reiterado, porque, vocês sabem, nós não vamos poder fazer nada se não tivermos os instrumentos que nos dêem mais flexibilidade na administração.

O Governador do Rio Grande do Sul esteve comigo, agora, lá em Buenos Aires, junto com outros governadores, e estava comentando o seguinte: “Olha, tenho 300 mil funcionários no estado. Desses 300 mil, se eu conseguir algum mecanismo de dispensar 15 mil, estarei com as minhas finanças equilibradas. Se não conseguir, vou precisar de 280 milhões de reais por ano. Não tenho de onde tirar e nem como pedir ao Governo Federal, porque não adianta tomar emprestado: e, depois, como é que se paga?”

Então, é preciso um mecanismo. É claro que você tem que olhar o ângulo do funcionário também – eu sei disso –, mas não pode ser

o ângulo do funcionário pesando mais do que o ângulo do interesse coletivo. É preciso que o Congresso nos dê os instrumentos e que coloque logo, na aprovação da emenda constitucional, uma medida que seja aplicável de imediato, que dê as regras, porque também não pode deixar isso ao livre arbítrio. Fazer, de repente, perseguição política não cabe, não é isso? Dê regras, e, claro, nós vamos fazendo isso no setor produtivo estatal. Por exemplo, na rede ferroviária nós já baixamos muito o número de funcionários. Como? Fazendo projeto de demissão voluntária e retreinamento das pessoas, porque você não pode deixar o sujeito na rua da amargura.

Agora, temos que tirar da cabeça que todo mundo vai ser funcionário público, porque não vai dar para agüentar. Não pode ser funcionário público, tem que arranjar outras atividades, outras funções. É claro que tenho presente a questão do desemprego – dei os dados, agora, lá em Buenos Aires, depois preciso dá-los aos Líderes também. Não é verdadeiro que esteja aumentando o desemprego. Está havendo uma reorganização no espaço, e isso, claro, complica. Está havendo transferência, do Sul para o Nordeste, por exemplo, de certos tipos de indústria – calçado, têxtil. Está havendo uma reorganização da indústria de autopeças. Mas a indústria automobilística está crescendo como nunca cresceu no Brasil. Agora, a reorganização na indústria de autopeças implica que alguém que estava nesse setor vai perder o emprego e outro vai ganhar emprego mais adiante. Só que não é a mesma pessoa.

Então, estatisticamente, o nível de desemprego não está crescendo como dizem. Não. Isso é propaganda. Quer dizer, no ano passado, foi o mais baixo índice de desemprego da história, registrado no IBGE. E, neste ano, pelos dados da Fiesp e do Dieese, que eu tenho aqui e posso mostrar, até fevereiro – não tenho o de março – não houve nada que fosse além disso que estou dizendo aqui. Flutua um pouco, porque um vem para cá e outro vai para lá.

Mas somos responsáveis por aqueles que perdem emprego. Mesmo que, no global, não esteja havendo um processo dramático, para o sujeito que perdeu o emprego você tem que arranjar uma forma de

ele trabalhar de novo. O que é que nós estamos fazendo? Programas de geração de emprego, no Ministério do Trabalho, e de retreinamento da mão-de-obra.

O emprego industrial vai diminuir. Por acaso, fiz estudos, nessa matéria, há muitos anos, sobre a estrutura do emprego na Europa. Custou muito a acontecer com a Europa o que aconteceu com os Estados Unidos, mas aconteceu. Quer dizer, de repente, qual é a regra do emprego? Primeiro, é todo mundo no campo; depois, o emprego no campo vai diminuindo drasticamente. A Inglaterra reduziu a 2% a sua população agrícola, 2% num período de 50 anos.

Bom, isso é o progresso. Cresceu a economia, então diminuiu o emprego no campo. Isso acontece no Brasil também. E, quando crescer mais a economia, mais vai desempregar no campo. E não adianta dizer: “Vamos fixar o homem ao campo.” Fixar como, se não vão precisar do trabalho dele?

Passo segundo: cresceu a indústria. Bom, nos anos 70, nos Estados Unidos, a indústria começou a perder gente. E a Europa mantém, sobretudo a França e a Inglaterra, muita gente na indústria. Agora, já não, porque a indústria também não vai dar emprego. Vai crescer o serviço.

Isso está acontecendo no Brasil. Está já acontecendo aqui, porque, com as transformações econômicas, esse é o processo, é o progresso; então, vai crescer no serviço. Vai crescer na educação, mais gente que se ocupa de saúde e gente que se ocupa de laser, de esporte, de rádio e televisão, esse tipo de atividade é o que vai crescer. Então, temos que preparar gente para esse tipo de atividade. O setor industrial direto não vai crescer com o mesmo dinamismo do passado, porque a indústria vai absorver menos mão-de-obra por causa da tecnologia moderna, sem a qual você também não consegue competir. E, não conseguindo competir, não forma riqueza.

Então, estamos no meio desse processo. Quando olhamos a questão do serviço público, temos que olhar desse ângulo também: vai acontecer, porque vai diminuir o setor de serviço público, vai ter que

diminuir. E nós precisamos que o Congresso nos dê os instrumentos para essa ação, assim como precisamos que haja um teto de salário. É impossível não haver teto de salário, porque é injusto que não haja.

Quer dizer, essas duas condições, tenho dito, são aquelas sobre as quais o Governo não vai negociar – ou, então, não faz a reforma. Temos que ter condição de dispensa de gente Mas claro que temos de ver os mecanismos, como é que faz, qual é a consideração: uma pessoa que tem concurso é uma coisa, que não tem concurso é outra coisa, que é pai de família é uma coisa; enfim, critérios que ajustem o processo. Mas nós precisamos desse processo, senão não há solução para o setor público. Vocês sabem disso.

Então, reforma é isso. E vou precisar do apoio de vocês, ativo, no Congresso, aqui. Muita gente fica pensando que se tomar tal decisão é impopular, porque está olhando para aquele pequeno grupo organizado. Não é impopular, não. Impopular é não ter educação, é não ter saúde, é ter a inflação galopando. Se falasse de outra maneira, eu não seria presidente. Fui presidente dizendo que era contra o aumento do salário mínimo, num dado momento, porque não tinha condição de pagar. Eu disse isso na televisão. Vetei aumentos de salário que foram dados. Quer dizer, ninguém fica impopular quando mostra ao povo o caminho correto. Fica impopular é quando não tem coragem de enfrentar os problemas.

Então, também nesse aspecto acho muito bom que vocês tenham tomado uma posição clara a favor das reformas. É preciso não ter medo de cartaz na parede, nem de xingamento. Político que tem medo de xingamento está perdido. E é preciso ser progressista mesmo e não ser a vanguarda do atraso, porque estamos lidando é com a vanguarda do atraso, gente muito atrasada, que não quer enfrentar os problemas e fica falando palavras de ordem pseudo-avançadas. Só que isso o povo não entende, não. O povo entende é outras coisas mais concretas. Entende é se está comendo melhor. E está comendo melhor.

Fizeram um carnaval com o negócio de aumento de combustível. Viu o índice de inflação da primeira quadrissemana qual foi? Nada. Nada. Está lá embaixo. Abaixo de zero. Está lá embaixo. Quer dizer: isso, sim,

interessa ao povo, porque, é claro, o salário dele está valendo. Agora, se se dá um aumento de salário desmedido, provoca-se inflação. O que acontece? Ele perdeu recurso. É preciso dizer as coisas como são e ter coragem de dar o que é possível. E vocês sabem disso. A mesma pressão que eu sofro vocês sofrem, até mais diretamente do que eu, e têm que dizer “não”; têm que ter coragem para dizer “não” e explicar.

Acho que a chave do êxito é explicar à população, falar bastante, dar o exemplo. Você vê essa coisa que é, hoje, lá no Senado, o negócio dos bancos, a confusão que armaram. Não saiu um tostão do Tesouro para banco nenhum. Isso é mentira. Nem para banqueiro. O que é que foi feito? Foi dinheiro do sistema financeiro, que é usado para garantir as contas correntes dos bancos e a possibilidade de o banco sobreviver, com a condição de que o banqueiro que fez a coisa errada perca o controle do banco. É isso.

Vim do Japão agora. No Japão, o acerto do sistema financeiro está custando para cima de 400 bilhões de dólares. Em qualquer país do mundo, você não pode deixar quebrar, não, porque o que quebra não é o banqueiro: além do banqueiro, quebra todo mundo, quebra em cadeia, um atrás do outro. É o efeito dominó. Então, você tem que socorrer o sistema financeiro. É socorrer não o banqueiro, mas o sistema financeiro, como estamos socorrendo o Banco do Brasil: tivemos a coragem de mostrar ao País que o Banco do Brasil deu um prejuízo enorme. E deu, pela irresponsabilidade de muita gente, que não tomou as medidas necessárias, no tempo oportuno; ao contrário do que fizemos com a Caixa Econômica, que, havia três anos não publicava balanço, porque estava no vermelho.

Estamos recuperando esses bancos, os públicos e os privados, senão você não vai ter uma economia sadia, não é? Agora, não é dinheiro que se possa dar para prefeito, que se possa dar para a educação, não, porque não saiu do Tesouro. É bloqueado do sistema financeiro e usado, lá, a juros – não é dado, não; é a juros – para recuperar; ou posto na mão de outras pessoas, porque os que fizeram as coisas erradas estão indo pagar as suas contas na Justiça. Mas não adianta fazer justiça com as próprias mãos, por-

que aqui é uma democracia. Temos que ir para a Justiça, temos que ver quem tem culpa, quem não tem culpa e cobrar da Justiça que ela atue.

Então, realmente, esse apoio dos prefeitos é muito importante. Agradeço muito. Eu preciso dele. Eu, não; nós precisamos, o Brasil precisa.

[Segue-se diálogo entre o Presidente e os Prefeitos]

Os ministros dirão. Porque eu não posso fazer... Nem é bom. É uma questão em que eles têm que assumir a responsabilidade, lá: pode, não pode, isso e aquilo. Senão, vão dizer: “Olha, houve pressão política; cederam porque houve pressão política. Então, o Governo está agindo politicamente.” Não. Não é isso, não. Trouxeram ao Presidente uma reivindicação, mostraram as possibilidades. O Presidente ouviu. Vai levar aos ministros. O Presidente sabe das dificuldades e vai pedir que os ministros ajudem na resolução disso, dessa situação, dentro do que seja viável, possível. E, também, o Presidente pediu aos prefeitos que ajudassem as reformas. E que, quanto à questão da reeleição, o Presidente não considera como uma questão pessoal dele. O Presidente não quer casuísmo e, portanto, acha que deve haver uma decisão livre do Congresso, para discutir o que é bom e o que é ruim para o Brasil, a tempo de não fazer casuísmo. Está bom.